

Remessas para o exterior chegaram a U\$ 100 milhões

Dos 300 milhões de dólares cobrados irregularmente pelos bancos estrangeiros nas operações de empréstimo de seus créditos no país, calcula-se no mercado financeiro e na área governamental que pelo menos um terço desse montante — ou 100 milhões de dólares — foi remetido para o exterior, enquanto o restante permaneceu no país, onde foi empregado de diversas maneiras.

Os *sweeteners*, isto é, as comissões "por fora", eram cobrados através de vários mecanismos, o mais comum, quando o valor do empréstimo era pequeno, era o pagamento por parte da companhia estatal tomadora do empréstimo diretamente ao escritório de representação ou filial do banco estrangeiro no país, a título de prestação de serviços de consultoria.

"Não há necessidade de especificar com mais detalhes no recibo o tipo de serviço prestado, o que tornava as coisas mais fáceis", atesta um ex-funcionário da filial de um banco norte-americano em São Paulo.

Quando as comissões envolviam valores mais elevados, esse esquema torna-se desconhecível, pois exporia demais o escritório ou filial de banco estrangeiro. Nessas situações, freqüentemente entrava no circuito uma terceira empresa, que supostamente prestava o serviço de consultoria à companhia estatal tomadora do empréstimo. Para emitir a nota que legalizava a operação, a empresa cobrava uma comissão e repassava a diferença aos representantes do banco estrangeiro.

Em muitos casos, o dinheiro era transformado em dólares e repatriado pelos mecanismos do mercado paralelo de câmbio. Mas, em razão das dificuldades para realizar este tipo de operação, muitos bancos preferiam reter o dinheiro no Brasil e utilizá-lo para financiar as despesas de seu escritório de representação ou de sua filial. O resultado disso, na prática, equivalia a uma evasão de divisas, pois assim a matriz do banco não precisava remeter ao Brasil os recursos para a manutenção de seu escritório ou filial.

Em outro mecanismo muito comum, o pagamento dos *sweeteners* não era feito diretamente pela companhia estatal mas pela empresa privada prestadora do serviço finan-

ciado pelo empréstimo, que freqüentemente era uma empreiteira. Essa triangulação, segundo afirmam tanto as fontes do mercado como as do governo, era bastante freqüente. A comissão era paga tanto ao escritório ou filial do Banco no Brasil como na própria matriz da instituição, através dos dólares que as grandes empreiteiras movimentavam no exterior. A empreiteira, na verdade, apenas atuava como uma intermediária, pois embutia o valor da comissão no contrato com a companhia estatal, através do mecanismo de supervalorização do preço do serviço.

Nas operações de financiamento de importações, as empresas estrangeiras fornecedoras de equipamentos também costumavam pagar as comissões aos bancos emprestadores e embutir o valor da despesa no preço dos equipamentos vendidos à companhia estatal tomadora do empréstimo. O boletim londrino AGEF, em sua edição de 11 de agosto de 1984, revela que foi a empresa alemã KWU quem pagou a comissão de 103 milhões de dólares feito pela Nuclebrás, em 1984, junto a um sindicato de bancos liderado pelo Dresdner Bank, da Alemanha. O valor da operação, naturalmente, foi acrescido ao preço dos equipamentos vendidos pela KWU à Nuclebrás.

A existência dessas modalidades de pagamento dos *sweeteners* não é do desconhecimento das autoridades brasileiras. Documento confidencial que circulou em alguns dos principais gabinetes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento revela:

"Para empreiteiras ou fornecedora com créditos em atraso junto ao setor público era interessante pagar comissões da ordem de até 7% FLAT como estímulo à realização de repasses casados com a liquidação dos atrasos, em vez de refinanciarem estes atrasos no mercado financeiro nacional a um custo mais elevado. Fornecedores estrangeiros eram estimulados a efetuarem pagamento de comissões em divisas para viabilizar operações de repasse vinculadas à venda de equipamentos e serviços (algumas vezes desnecessários). Obviamente, estes recursos foram ou serão repassados via preço ao setor público."